**REGIME MILITAR** 

## Mistério de cinco décadas

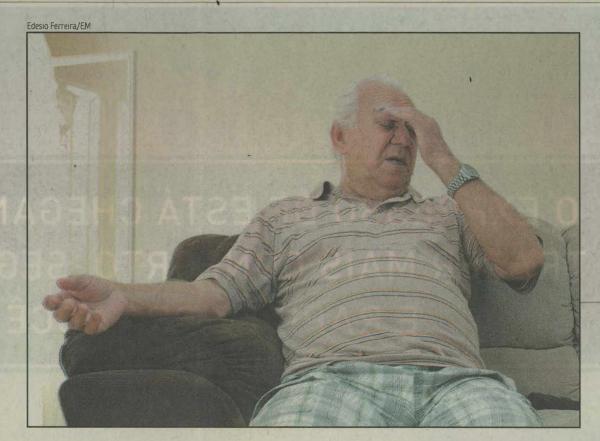
Prestes a fazer aniversário, o massacre de Ipatinga será investigado pela Comissão da Verdade. Mais de 30 pessoas teriam morrido

» MARCELO DA FONSECA

elo Horizonte — A maioria dos motoristas que passa por Ipatinga pela BR-381, na altura do Shopping Vale do Aço, não imagina que o lugar já foi cenário de um dos fatos mais trágicos da história do estado. Em 1963, às margens da estrada, funcionava a portaria principal da usina siderúrgica da Usiminas — empresa estatal na época. No local, um confronto entre policiais militares e operários deixou mais de a multidão e arrumaram tudo." 120 trabalhadores feridos e um número de mortos que até hoje não foi esclarecido. Prestes a completar 50 anos em 7 de outubro, a confusão, conhecida como massacre de Ipatinga, ainda é motivo de tristeza para os que viveram uma das primeiras demonstrações da repressão que viria a se espalhar pelo país seis meses depois: o golpe militar.

Para o ex-sindicalista Geraldo Ribeiro, o sumiço dos corpos ainda é o grande mistério. Segundo ele, momentos depois dos tiros, o cenário era de correria e desespero entre os milhares de operários. "Depois de ajudar os feridos, fui para Timóteo avisar hospitais de Belo Horizonte e a secretaria de segurança, porque em Ipatinga não tinha nenhuma forma de comunicação. Quando voltei para a portaria da usina, já não tinha nada. Nem sinais dos corpos. Os vigilantes e policiais dispersaram

Os meses seguintes foram de tensão e confusão e, quando os militares chegaram ao poder, em março de 1964, o caso foi abafado. "Ninguém foi punido. Como a maioria dos mortos eram peões, pouquíssimas famílias apareceram para saber o que aconteceu. Depois do golpe militar, todos tinham medo de falar sobre o assunto", lamenta.



Eu contei 30 mortos. Pequei um por um para ver o pulso. Foi uma cena terrivel"

Geraldo dos Reis Ribeiro. presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época



O registro oficial destacou seis mortos no confronto e outras duas vítimas que morreram no hospital, entre elas, uma criança baleada no colo da mãe, que estava em um ponto de ônibus. No entanto, presentes afirmam que o número foi pelo menos cinco vezes maior. "Eu contei 30 mortos. Peguei um por um para ver o pulso. Nós conferimos quem estava ferido para levar para o hospital e separamos os que já estavam mortos. Foi uma cena terrível", lembra Geraldo dos Reis Ribeiro, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano.

No aniversário da tragédia, integrantes da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual — grupo criado na semana passada — estarão na cidade mineira para participar de audiência pública. O jornalista Jurandir Persichini, integrante da comissão mineira, trabalhava na usina e considera fundamental para a memória do estado uma nova apuração. De acordo com Persichini, funcionários da empresa compraram 32 caixões no dia seguinte ao massacre. "Esse número (de 8 mortos) não bate com o que se passou naquele dia. São várias lacunas para serem preenchidas. É um caso emblemático de violações aos direitos humanos que ficou esquecido no passado", diz.

## Perseguição

Para o ex-operador da Usiminas Raimundo Pereira Chaves, 71 anos, conhecido em Ipatinga como Serrinha, o massacre foi um prenúncio das décadas de repressão que mudariam completamente sua vida. Funcionário da empresa, ele presenciou o tumulto e os desdobramentos na rotina da cidade. Incomodado com as condições de trabalho a que os operários eram submetidos, Serrinha participou de mobilizações em 1963.

Segundo ele, a empresa funcionava como um braço do regime e os empregados ligados a grupos de esquerda passaram a ser reprimidos. "Os vigilantes eram na maioria policiais militares, que nos monitoravam o tempo inteiro. Desconfio que algumas informações sobre líderes chegaram até Brasília, onde eram pedidas demissões ou até prisões", lembra.

Demitido da Usiminas, Serrinha passou a conviver com ameaças de prisão e intimidações. "Foram dois anos me escondendo, sem poder trabalhar e passando dificuldade para sustentar três filhos. Em 1967, tive de ir embora ou seria preso. Entre os operários, a luta era pela sobrevivência e pouco se falava sobre o massacre."

## Mobilização foi estopim

Insatisfeitos com a precariedade nos alojamentos e refeitórios e uma rotina de acidentes, os operários se juntaram na manhã de 6 de outubro para cobrar melhorias na condições de trabalho na Usiminas. Como o sindicato não era aceito pela empresa, não houve negociação. Naquele dia, como represália à mobilização, os vigilantes barraram alguns trabalhadores na saída, impedindoos de pegar o último ônibus que os levaria de volta aos alojamentos. A confusão começou com os empregados forçando a saída, tentando arrombar um dos portões. A polícia foi chamada e tornou os ânimos mais exaltados.

"Quando os militares chegaram à portaria da Usiminas, não houve conversa, a truculência foi geral. Uma parte dos operários conseguiu ir embora, mas aqueles que moravam mais perto foram seguidos e, durante a madrugada, a violência foi generalizada", conta Geraldo Ribeiro. Segundo ele, alguns funcionários

foram presos e agredidos na delegacia. "Na manhã seguinte, com ajuda de um padre conhecido na região, os operários foram soltos. Mas a revolta era grande, eles contaram aos colegas que foram humilhados e espancados. Na portaria, mobilizaram mais trabalhadores, e uma multidão se formou, com cerca de 5 mil homens."

O clima tenso se arrastou durante toda a manhã, com os operários exigindo a saída da polícia militar da usina. "O tenente não admitia deixar o local sob vaia. Mas, no fim da manhã, eles aceitaram deixar a usina", diz o exsindicalista. De acordo com relatos de operários que estiveram no local, foi na saída dos militares que a situação saiu do controle. "Alguns trabalhadores atiraram pedras no caminhão da polícia e foi aí que os tiros comecaram. Um dos militares comecou a rodar uma metralhadora para todos os lados. Foi um imenso despreparo."

